

UMA REFLEXÃO DAS FORMAS DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA À LUZ DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

A REFLECTION ON FORMS OF PEDAGOGICAL INTERVENTION IN THE LIGHT OF SPECIAL EDUCATION

Clarissia Raphaela Paula Félix¹

Alysson Filgueira Milanez²

RESUMO

Esse artigo tem por objetivo fazer uma leitura crítica e reflexiva acerca da Educação Especial e Inclusiva no Contexto Escolar, trazendo formas de Intervenções Pedagógicas como possibilidade de aprimorar e qualificar o ensino para alunos com deficiência ou necessidades educacionais especiais. Para a realização deste trabalho, foi utilizada como fonte bibliográfica o referencial teórico de alguns autores contemporâneos que apoiam a educação especial e inclusiva na escola como um requisito primordial à quebra de barreiras que existem na sociedade, tendo em vista que estas acabam influenciando e impactando de forma negativa a vida das pessoas com deficiência nos ambientes sociais. Como resultados, foi percebido que a educação especial e inclusiva tem evoluído gradativamente nos últimos tempos, com ajuda das políticas públicas educacionais, ao passo que observamos o aumento no número de matrículas do público-alvo da educação especial. Porém, ainda há muito o que se fazer, visto que se trata de um processo lento, mas que está em constante transformação, à medida que as instituições de ensino não estão completamente preparadas se pensarmos na essência de uma escola inclusiva, dispondo de uma estrutura organizacional baseada em questões de acessibilidade que vai desde a entrada com rampas de acesso até os banheiros adaptados para cadeirantes e mobiliários adequados, dando ênfase também, a importância de um ensino flexível e de qualidade com professores capacitados que garantam a permanência desses alunos na escola, tendo em mente a formação de sujeitos autônomos e independentes na sociedade. Conclui-se que, com disciplina e comprometimento de toda comunidade escolar, incluindo pais ou responsáveis e apoio governamental, é possível construir uma sociedade mais justa e igualitária, com inserção de todos, independentemente de suas particularidades e singularidades.

Palavras-chave: Educação Especial e Inclusiva. Contexto Escolar. Intervenções Pedagógicas.

ABSTRACT

This article aims to provide a critical and reflective reading of Special and Inclusive Education in the School Context, presenting forms of Pedagogical Interventions as a possibility to improve and qualify teaching for students with disabilities or special educational needs. To carry out this work, the theoretical framework of some contemporary authors was used as a bibliographic source, who support special and inclusive education in schools as a primary requirement for breaking down barriers that exist in society, considering that these end up influencing and negatively impacting the lives of people with disabilities in social environments. As a result, it was noted that special and inclusive education has gradually evolved in recent times, with the help of public educational policies, while we observe an increase in the number of enrollments of the target audience for special education. However, there is still much to be done, since this is a slow process that is constantly changing, as educational institutions are not fully prepared to consider the essence of an inclusive school, with an organizational structure based on accessibility issues, ranging from entrances with access ramps to bathrooms adapted for wheelchair users and appropriate furniture, also emphasizing the importance of flexible and quality education with qualified teachers who ensure that these students remain in school, with the aim of developing autonomous and independent individuals in society. It is concluded that, with discipline and commitment from the entire school community, including parents or guardians and government support, it is possible to build a more just and egalitarian society, with inclusion for all, regardless of their particularities and singularities.

Keywords: Special and Inclusive Education. School context. Pedagogical Interventions.

¹ clarissiaraphaela10@gmail.com

² alysson.milanez@ufersa.edu.br

1 INTRODUÇÃO

Este estudo trata-se da extensão de um trabalho anterior intitulado, “Uma abordagem sobre a educação especial e inclusiva no contexto escolar: formas de intervenção pedagógica”. Nele, continuaremos a abordar a Educação Especial e Inclusiva no contexto escolar, com formas de intervenções pedagógicas no tratamento dado às Pessoas com Deficiência (PcD) ou Necessidades Educacionais Especiais (NEEs). Ressaltamos que “[...] o termo “necessidades educativas especiais” foi substituído por “necessidades educacionais especiais” (NEEs)”, pois esse melhor atende aos princípios da educação inclusiva”. (LEONEL, 2015, p. 27).

Conforme Nogueira, Carneiro e Soares (2017), a inclusão na Educação Especial foi resultado de longas e difíceis batalhas das PcD a fim de alcançar o direito de estudar. Oliveira (2022), aponta que no Brasil, em 1990, houve um aumento significativo de matrículas desse público nas escolas, com ajuda das leis que regem a Educação Especial e Inclusiva. A partir de então, as escolas vêm procurando se adaptar para receber esse público, mesmo enfrentando dificuldades de ordem social, não conseguindo ofertar por vezes um ensino de qualidade e promover a inclusão social de todos, contudo, é notável essa transformação, ainda que de forma lenta. (LEONEL, 2015).

Faremos uma leitura crítica e reflexiva em torno da Educação Especial e Inclusiva no ambiente escolar, observando alguns avanços, como o aumento no ingresso de alunos com necessidades especiais e as formas de intervenção pedagógica, destacando também, alguns problemas que ainda enfrentamos para tornar a escola integralmente inclusiva, como a estrutura física e mobiliária e a formação continuada para professores da rede básica de ensino, a fim de atender melhor às demandas desse público. (LEONEL, 2015).

Reforçando os pensamentos de Leonel (2015), para que uma escola seja de fato inclusiva, esta deve estar preparada para receber todos os alunos com e sem deficiência de forma igualitária e isso só é possível se houver um planejamento adequado envolvendo toda equipe escolar, inclusive a estrutura física, com recursos de acessibilidade e cursos de formação continuada que garanta a proficiência de professores capacitados e especializados na área da Educação Especial e isso parte de grandes investimentos na área da educação.

O objetivo do nosso trabalho é fazer um estudo em torno da Educação Especial e Inclusiva no contexto escolar e trazer formas de intervenções pedagógicas com estratégias de ensino que auxiliem o professor em sala de aula, ressaltar a importância das estruturas escolares

para atender melhor os estudantes com necessidades especiais e contribuir para o ensino aprendizagem de qualidade, pontuando a relevância da formação continuada para os professores da rede básica de ensino.

Este artigo auxiliará e contribuirá em respeito e direito a todas as pessoas com deficiência, haja vista que vivemos num mundo diversificado e é dever de todos respeitar as diferenças e individualidades dos sujeitos. Fazer valer essas práticas inclusivas tornará o processo mais leve e seguro.

Para a realização dessa pesquisa, utilizamos como base teórica as leituras de Bedaque (2015); Gonçalves, Furtado (2015); Imbernón (2009); Leonel (2015); Nogueira, Carneiro, Soares (2017); Oliveira (2022) e Tadei, Alencar, Storer (2018).

Nosso trabalho está dividido em quatro partes. A primeira, Educação Especial e Inclusão escolar, com uma breve abordagem acerca do ensino no decorrer do tempo. A segunda, ressalta o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e sua função como complemento/suplemento para Pessoas com Deficiência (PcD) ou Necessidades Educativas Especiais (NEEs). Então, a terceira, fala sobre Acessibilidade e Tecnologias Assistivas (TA), apresentando as formas de intervenção pedagógica. Por último, a quarta, trazendo a formação continuada, como requisito indispensável para o saber docente atualmente.

2 DESENVOLVIMENTO

Neste espaço, faremos uma breve explanação do nosso trabalho, abordando na primeira parte um pouco sobre a Educação Especial e Inclusão Escolar, mostrando sua trajetória desde o início até os dias atuais, dando ênfase às políticas públicas educacionais e inclusivas que foram essenciais para o surgimento e funcionamento da educação especial como um direito de todos nas redes básicas de ensino.

Na segunda parte, relataremos o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e sua importância na educação especial inclusiva, já que este tem a função de complementar ou suplementar o ensino de alunos com deficiência, ou que apresentam alguma necessidade educacional, dando apoio e suporte necessário para os diferentes sujeitos, através da oferta de serviços e recursos de acessibilidade, bem como, a criação de métodos e estratégias de ensino, em parceria com o professor regente da sala de aula comum, visando um melhor atendimento ao aluno com deficiência por meio de práticas pedagógicas que auxiliem e despertem o interesse

e a aprendizagem deste, tendo como base um ambiente favorável e acolhedor, que forneça o direito de participar e interagir socialmente, garantindo o seu acesso e permanência na escola.

Na terceira parte, expomos a questão da Acessibilidade e Tecnologias Assistivas (TA) como uma condição indispensável à escola inclusiva, pois sabemos que é a estrutura arquitetônica da instituição que dirá se ela é ou não inclusiva, ou, se irá beneficiar ou não o aluno com deficiência, principalmente aqueles que têm impedimentos físicos de curto ou longo prazo e necessitam de apoio estrutural, também, não podemos esquecer daqueles que por algum fator patológico ou congênito precisam fazer uso das Tecnologias Assistivas no ambiente escolar.

Por último, e não menos importante, deixaremos claro na última parte do nosso trabalho a importância da formação continuada para os professores da rede básica de ensino, haja vista o aumento no ingresso de alunos da educação especial e as dificuldades encontradas por estes profissionais que desejam e anseiam atender melhor esse público, considerando suas particularidades e individualidades.

2.1 Educação Especial e Inclusão Escolar

De acordo com Leonel (2015), a educação vem passando por diversas mudanças ao longo do tempo. Não é de hoje que esta vem sendo discutida no Brasil e no mundo inteiro em torno de uma educação mais igualitária e humanística, através das políticas públicas educacionais.

Ainda conforme Leonel (2015), foram anos de muitas lutas e conquistas e hoje, percebemos que a educação está se tornando mais acessível, principalmente para aqueles que antes viam a escola como um desafio, devido às suas limitações, embora ainda persistam algumas dificuldades das quais trataremos no decorrer do nosso estudo, em relação à acessibilidade, formação atual do professor, entre outras condições necessárias que garantam o acesso e permanência desse público na escola.

Para que a educação especial aconteça, a escola deve ser gerenciadora da inclusão e ter caráter acolhedor, com formas de intervenção pedagógica que auxiliem e garantam a inserção do aluno, quebrando as barreiras que possam intervir de forma negativa na educação e socialização deste, visando sua integração na sociedade.

[...] a partir do momento que o ambiente favorece a eliminação dessas barreiras, promovendo a acessibilidade em nível de comunicação, de mobilidade, dentre outras, a existência dessa deficiência não impede que o sujeito realize as atividades de rotina, possibilitando participar ativamente da sociedade em que vive. (OLIVEIRA, 2022, p. 27).

Corroborando com os pensamentos de Leonel (2015), podemos dizer que a educação especial e Inclusiva caminham juntas ao passo que apresentam as mesmas propostas de aprendizagem para os alunos da rede básica de ensino, incluindo todos, com e sem deficiência, a fim de romper com as barreiras e o preconceito que os distanciam e construir uma sociedade democrática, igualitária e justa, incluindo o direito de estudar e o respeito à diversidade e as diferenças existentes entre eles, valorizando suas potencialidades.

[...] inclusão escolar, segundo Motta (1999), não é a simples colocação em sala de aula, significa a criação de uma escola em que as pessoas, com e sem deficiências, possam conviver e estudar em ambientes nos quais os indivíduos aprendam a lidar com a diversidade e com a diferença e, também, reconheçam e valorizem a heterogeneidade dos alunos, procurando desenvolver as suas diferentes potencialidades, por meio de uma prática de ensino flexível e diferenciada, que busca o que há de melhor em cada um. (LEONEL, 2015, p. 28).

Em conformidade com Leonel (2015), a inclusão de alunos da educação especial desperta para uma ação social, cultural, política e pedagógica com direito a uma educação em tempo real, onde todos aprendem juntos, com qualidade e menos desigualdade, mediante um ensino mais flexível, que busca o que há de melhor em cada um, promovendo o aumento das capacidades e autonomia dos sujeitos, eliminando assim, as barreiras existentes na sociedade. OLIVEIRA (2020).

Segundo Leonel (2015) e Oliveira (2020), dentre os documentos importantes que corroboram para a Educação Especial e Inclusiva, podemos citar: A Declaração de Salamanca (1994), que tinha o pressuposto de “Educação para Todos”, sendo este, um marco importante na história da Educação Inclusiva. Assim, o princípio fundamental da escola inclusiva se baseia na ideia de que todas as crianças aprendam juntas, como comentamos anteriormente, independentemente de suas particularidades e diferenças, mediante estratégias de ensino que atendam às suas necessidades, devendo as instituições se ajustarem às condições dos alunos, incluindo também, jovens e adultos que possuem necessidades especiais.

[...], é preciso mudanças nas concepções e práticas sobre o que é ensinar e aprender, o papel da escola, do professor, do gestor, do estudante, da família e dos envolvidos no processo educativo e, evidentemente, políticas públicas que fortaleçam essas mudanças, sempre em benefício dos estudantes. (BEDAQUE, 2015, p.13).

De acordo com os estudos, podemos dizer que a educação especial se consolidou a partir de políticas públicas que serviram de base para esse processo, a saber: “[...] LDB 9394/96 (BRASIL, 1996), a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) e a Declaração de Salamanca de 1994 (UNESCO, 1998)”, entre outros, que foram essenciais no mundo da inclusão. (LEONEL, 2015, p. 31).

Diante do exposto e de todo avanço na história da inclusão, ainda podemos considerar que a Educação Especial e Inclusiva está em constante processo de transformação e caminha lentamente, visto que ainda há muito o que se fazer. Temos escolas que não possuem um sistema de ensino de qualidade que colabore com os alunos que possuem necessidades especiais, sendo necessário vários ajustes e investimentos na estrutura física, no setor tecnológico, nas redes de apoio, etc. contribuindo para as inúmeras barreiras, como:

Dificuldades na acessibilidade, na formação de professores, na concepção homogeneizadora de escola, na aquisição e utilização de recursos didáticos e materiais, nas concepções arraigadas culturalmente pela sociedade e comunidade escolar, na ausência de profissionais de apoio, na dificuldade de interação, na ausência de diálogo e na colaboração entre as instituições especializadas e escolas regulares, foram e ainda representam grandes obstáculos para a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. (BEDAQUE, 2015, p.17).

Assim, reiteramos o que temos discutido no decorrer do nosso estudo à luz de diversos autores que tratam a educação especial e inclusiva, “A proposta de inclusão que hoje ocupa o centro das discussões da Educação Especial é resultado de longas e difíceis batalhas das pessoas com deficiência ao longo da história”. (Nogueira, Carneiro, Soares, 2017, p. 54). No entanto, como professores e educadores, não devemos desistir de uma educação justa e igualitária que promova a inserção de todos na sociedade, independentemente de suas diferenças.

2.2 Atendimento Educacional Especializado (AEE)

Em concordância com a Constituição Federal, é direito de todos a educação escolar. Leonel (2015, p. 56), afirma que nenhuma instituição de ensino pode “[...] excluir nenhuma pessoa em razão de sua origem, raça, sexo, cor, idade, deficiência ou ausência dela.” Assim, podemos concluir que todos os alunos independentes de serem crianças, adolescentes, adultos,

com ou sem deficiência, devem frequentar o mesmo ambiente de ensino, sem exceção, e este espaço deve assegurar o acesso e permanência deste na escola.

Em decorrência dessa necessidade, surge o Atendimento Educacional Especializado (AEE), com função específica que busca dar suporte ao ensino aprendizagem prestando assistência a esse público.

A função primordial do AEE é a de complementar ou suplementar a formação dos estudantes, por meio da construção e disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras que, porventura, possam impedir sua participação nas atividades da sala comum. (OLIVEIRA, 2020, p. 91).

Leonel (2015), compartilha da mesma ideia ao dizer que o AEE foi criado com o intuito de suplementar o ensino, oferecendo um serviço que dá suporte e apoio aos estudantes com deficiência ou necessidades especiais, conforme as suas dificuldades/limitações e ainda afirma que esse atendimento deve ser feito nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), dentro ou fora da própria instituição de ensino, seja ela pública ou privada, no turno inverso ao que o aluno estuda, sem tirá-lo da sala de aula comum, não sendo substituída a sua escolarização.

[...] trata-se do atendimento que é necessariamente diferente do ensino regular e que é indicado para melhor suprir as necessidades e atender às especificidades dos alunos com deficiência, por exemplo, eliminar as barreiras e oferecer instrumentos para que os alunos possam se beneficiar da educação. (LEONEL, 2015, p.57).

O aluno com deficiência se beneficiará no processo de aprendizagem tanto no ensino regular como na Educação Especial, com a ajuda do professor da sala de recursos multifuncionais em parceria com o professor da sala de aula comum, contribuindo significativamente na aquisição de conhecimentos durante toda a sua vida estudantil.

[...] a prática tem indicado que uma das formas de trabalho que mais tem fornecido resultados positivos, em relação ao AEE e à participação efetiva dos estudantes do PAEE na sala comum, é o trabalho colaborativo entre os professores do AEE e da sala comum. (OLIVEIRA, 2020, p. 92).

Conforme Leonel (2015), a Educação Inclusiva traz muitas reflexões à luz da educação especial e é um processo que está em construção. Segundo explicita os documentos oficiais das políticas públicas inclusivas, o Atendimento Educacional Especializado deve estar disponível em todas as etapas e níveis de ensino, do básico ao superior, complementando ou

suplementando a educação de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino.

Logo, entendemos que o Atendimento Educacional Especializado vem como uma forma de intervenção pedagógica frente a inclusão de alunos com deficiência, sendo imprescindível garantir que o direito do estudante seja reconhecido e atendido, considerando suas particularidades/especificidades, visando o desenvolvimento e autonomia do sujeito para o exercício pleno da cidadania e até uma futura qualificação no mercado de trabalho (Leonel, 2015).

2.3 Acessibilidade e Tecnologias Assistivas

Ao falar sobre Acessibilidade e Tecnologias Assistivas (TA), no âmbito da inclusão, temos a ideia de condições de acesso e igualdade, com segurança e autonomia de uso dos espaços sociais na utilização de equipamentos urbanos, seja em casa, no transporte, na rua, no trabalho, na escola e em todos os lugares, incluindo os sistemas de tecnologias da informação e comunicação. Na escola, trataremos sobre a quebra de barreiras das pessoas com deficiência para melhoria da sua vida social (Gonçalves; Furtado, 2015).

Como vimos em Leonel (2015), a educação inclusiva está caminhando com ajuda das políticas públicas que vem contribuindo, dando apoio e suporte, mediante recursos disponibilizados pelos profissionais do AEE em parceria com o professor da sala de aula comum, buscando a qualificação do ensino e melhorias nas condições de estudo para aqueles que apresentam alguma deficiência. Desse modo, “[...] Proporcionar acessibilidade, seja ela arquitetônica ou curricular, significa se preocupar com todas as pessoas e suas demandas”. (Oliveira, 2022, p. 102).

Aos poucos, as práticas de ensino tem se tornado mais flexíveis, com foco no direito de acesso e permanência dos estudantes na escola e conta com o auxílio de professores e profissionais especializados no manuseio das tecnologias assistivas que surgiram como forma de apoiar os alunos antes excluídos devido às suas patologias.

No sentido mais amplo, a Tecnologia Assistiva é relacionada a dispositivos adaptáveis para pessoas com deficiência com o objetivo de promover maior independência para executar tarefas que antes eram incapazes de realizar, ou tiveram grande dificuldade em realizar. Entende-se ainda que ela é qualquer item, peça de equipamento, software ou sistema de produto que é utilizada para aumentar, manter ou melhorar as capacidades funcionais de pessoas com deficiência. (Gonçalves; Furtado, 2015, p. 47).

Ainda conforme Gonçalves e Furtado (2015), não devemos limitar o termo tecnologia apenas a um recurso específico, pois, tecnologia assistiva trata-se de uma área do conhecimento interdisciplinar, com estratégias metodológicas específicas que buscam promover a participação ativa das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, visando maior autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social. Na mesma intensidade aborda Oliveira (2022), corroborando com as ideias do autor.

[...] - área de caráter interdisciplinar que engloba estratégias, serviços, produtos, dentre outros, com a finalidade de promover a funcionalidade e a participação de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida – e, enfim, de tudo que possibilite respeitar as diferenças presentes na escola. (OLIVEIRA, 2022, p. 102).

Em concordância com Leonel (2015), independentemente de qualquer coisa, a escola deve se adaptar às necessidades dos alunos, mesmo que ainda enfrentando as muitas barreiras que dificultam o ensino, das quais não podemos deixar de mencionar, como, por exemplo, a precisão na formação continuada de professores, que trataremos a seguir, e a aquisição de equipamentos adequados, como computadores adaptados com mesas e teclados maiores, teclado sensível, alternativos, colmeias, lupas manuais e eletrônicas, máquina braille, entre outros produtos, que por sua vez, são muito caros, fazendo com que a prática docente se torne reduzida (Gonçalves; Furtado, 2015).

Apesar dos desafios e da falta desses equipamentos, podemos contribuir de forma significativa na Educação especial, trazendo para a sala de aula recursos de baixo custo e de fácil acesso que nós mesmos podemos fabricar como, engrossador em discos, fixador de mãos e tiras para aqueles que têm dificuldades com apreensão de objetos bem como, lápis, canetas, escovas de dentes, colheres, etc.

Por fim e não menos importante, no âmbito escolar, é preciso dar ênfase aos projetos arquitetônicos de acessibilidade, desde a entrada da escola até o seu interior, incluindo rampas, banheiros adaptados com portas largas que dão acesso aos cadeirantes, transportes escolares adaptados, dentre outros (Gonçalves; Furtado, 2015).

Considerando as ideias de acessibilidade arquitetônica, Oliveira (2022) cita o modelo de Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), como um design universal que deve ser seguido para aprimorar as estruturas escolares.

A ideia de desenho universal para a aprendizagem (DUA) derivou-se do próprio conceito de design universal, da área de Arquitetura, ou desenvolvimento arquitetônico

e produtos que tenham como meta pensar e construir, por exemplo, espaços, ambientes e objetos que possam ser utilizados pelo maior número possível de pessoas. Na Arquitetura, isso significa que, ao adentrar um determinado local, uma escola, por exemplo, essa instituição deveria ser capaz de atender à maioria das demandas físicas, desde a calçada que dá acesso ao portão de entrada dessa escola até o banheiro, pensando não só na entrada do banheiro, mas, fundamentalmente, em suas peças (altura, tamanho de vasos e pias, por exemplo) e no uso que se faz delas. (Oliveira, 2022, p. 102).

Se esse design for seguido como modelo para aperfeiçoar e elevar as estruturas escolares pensando no público-alvo da educação especial, podemos dizer que temos uma escola inclusiva e comprometida, tanto no processo de ensino aprendizagem como na estrutura arquitetônica, reduzindo as barreiras e transformando os espaços e ambientes acessíveis para todos, sem exceção.

2.4 Formação continuada

No tópico anterior, falamos sobre alguns problemas que perpassam a Educação Especial e Inclusiva no contexto escolar, como a relevância das estruturas educacionais nas redes básicas de ensino. Agora, trataremos sobre a importância da formação continuada para os profissionais da educação, tendo em vista o despreparo de alguns professores que ainda têm dificuldades no atendimento desse público, considerando o avanço no ingresso de alunos com necessidades especiais (Leonel, 2015).

Uma sugestão seria a ampliação de cursos que priorizam a educação especial como formação continuada para professores da rede básica de ensino, a fim de que estes possam atender melhor às demandas da sociedade contemporânea, pois:

Espera-se que o professor, de modo geral, tenha conhecimentos adequados sobre o que pretende ensinar; que dispunha das habilidades necessárias à organização e à transmissão do saber escolar aos seus alunos; que reconheça as metas educacionais; as relações estabelecidas no âmbito da escola e dessa com a sociedade, de modo a favorecer o exercício de seu papel. (Leonel, 2015, p. 61).

De acordo com Leonel (2015), é dever da escola e compromisso do professor estar sempre se atualizando, mediante cursos de capacitação e formação continuada que promovam um ensino de qualidade para todos, independentemente de suas limitações.

Como afirma a referida autora, a inclusão é um direito de todos e ultrapassa os muros da escola, porém, o professor acaba tendo participação direta na vida do aluno e isso faz toda diferença no processo de ensinar. Assim, [...] A formação dos professores está influenciada

tanto pelo contexto interno, a escola, quanto pelo contexto externo, a comunidade (Imbernón, 2009, p. 33).

Conforme Leonel (2015), não é tão simples o reconhecimento dos estudantes com necessidades especiais, isso parte de um processo de longas investigações e conhecimentos por parte do professor. Diante disso, o docente precisa estar se capacitando e atualizando frequentemente. É a partir daí que discutimos a importância da formação continuada na educação, para que os professores detenham habilidades que assegurem um ensino de qualidade e desenvolvam nos discentes a autonomia de garantir seu lugar no mundo.

Reforçando, é o professor da sala de aula comum que detecta as primeiras dificuldades de aprendizagem dos alunos, até que estes sejam encaminhados para o especialista da área da saúde (psicólogo escolar/educacional ou psicopedagogo), a fim de fechar um possível diagnóstico. Por isso, a necessidade de o profissional de ensino estar bem orientado sobre o assunto.

[...] O professor é o primeiro a detectar que algo não vai bem na aprendizagem da criança, pois muitas não apresentam maiores dificuldades em casa, porém, ao entrarem na escola, evidenciam dificuldades para acompanhar os colegas ou entender as propostas pedagógicas. E é aí que começam os questionamentos. (Tadei, Alencar, Storer, 2018, p. 160).

De acordo com Tadei, Alencar e Storer (2018), como educadores, devemos ficar atentos às mudanças de comportamento dos alunos, como, por exemplo, em situações simples do cotidiano se mostram diferente do que apresentam e em curto período de tempo ficam agressivos e intolerantes, inquietos ou quietos demais, não se sentam, são agitados, fazem birra, choram por tudo, não aceitam perder ou receber um “não” como resposta e batem nos colegas ou em si mesmo quando não consegue externalizar seus sentimentos. A partir daí, cabe a toda comunidade escolar buscar compreender o que pode estar desencadeando esses comportamentos e observar as questões relacionadas ao contexto social, histórico e cultural do aluno no processo de ensino aprendizagem.

Assim, fica ao professor muitas responsabilidades e deveres aos quais não podemos deixar de mencionar novamente, pois:

[...] Ele é peça fundamental no processo de identificar casos em que há a real necessidade de encaminhar para avaliação específica. Conhecer os indicativos de que há algo de errado, ou seja, que a criança apresenta dificuldades que fogem ao padrão de normalidade esperado para sua faixa etária, além de conhecer as principais características de cada Transtorno é essencial para realizar um encaminhamento acertado. Após o diagnóstico, o professor precisa ser incluído no tratamento, pois será

ele o profissional que possibilitará a inclusão no ambiente escolar. O professor também deve ser bem orientado pelos profissionais quanto às adaptações curriculares e às técnicas de manejo necessárias para o desenvolvimento do aluno atendido. (Tadei, Alencar, Storer, 2018, p. 165).

Em vista disso, reiteramos com Leonel (2015), a importância da oferta de cursos de qualificação e formação continuada que favoreçam e estimulem o processo de ensino frente à inclusão, uma vez que esse processo só é possível quando temos “[...] Uma formação continuada mais adequada, acompanhada dos apoios necessários durante o tempo que for preciso, deve contribuir para que novas formas de atuação educativa sejam incorporadas à prática”. (IMBERNÓN, 2009, p. 34).

Em suma, para a realização deste trabalho, foi utilizada como fonte de estudo a pesquisa bibliográfica de Bedaque (2015), Gonçalves e Furtado (2015), Imbernón (2009), Leonel (2015), Nogueira, Carneiro e Soares (2017), Oliveira (2022), Tadei, Alencar e Storer (2018). Estas que serviram de base para que se fizesse essa leitura crítica e reflexiva em torno da Educação Especial e Inclusiva no contexto escolar, trazendo formas de intervenções pedagógicas importantes para o ensino aprendizagem do aluno com deficiência.

3 CONCLUSÃO

Esse trabalho teve como objetivo principal fazer uma leitura crítica e reflexiva em torno da Educação Especial e Inclusiva no contexto escolar, abordando sua trajetória desde o início até os dias atuais, trazendo formas de intervenções pedagógicas relevantes para o ensino aprendizagem da pessoa com deficiência ou necessidades educativas especiais. No presente estudo, levou-se em consideração todos os fatores que influenciam de forma positiva ou negativa no decorrer do processo educativo, como podemos citar, a questão arquitetônica das estruturas escolares que tem papel importante no acesso e permanência desses alunos na escola, bem como, a disponibilização de recursos e mobiliários adequados que são indispensáveis para o bom desenvolvimento do aluno, facilitando a sua aprendizagem e integração no ambiente escolar e, não menos importante, a relevância da formação continuada como um requisito fundamental para dar o suporte aos professores e profissionais da rede de apoio que ainda tem algumas dificuldades e buscam atender melhor às demandas desse público que está cada vez mais diversificado e heterogêneo.

Assim, pudemos observar que a educação especial e inclusiva com o apoio das políticas públicas educacionais, está caminhando, mesmo que de forma lenta, frente à diversidade, visando melhorar a qualidade do ensino e conscientemente, quebrar as barreiras excludentes da sociedade, fazendo com que as pessoas antes excluídas frequentem o ambiente escolar e se tornem sujeitos autônomos e independentes através do estudo.

Contudo, vale salientar que, o caminho para se chegar a educação especial e inclusiva é árduo, porém, apesar das divergências, mesmo ainda enfrentando alguns problemas de ordem social e cultural, houve uma melhora significativa no setor educativo das escolas ao refletir e considerar a educação especial e integração de alunos com deficiência ou necessidades educativas especiais, se pensarmos, por exemplo, no aumento do número de matrículas de estudantes realizadas na rede básica de ensino e na valorização da educação especial com a ajuda das leis que apoiam a inclusão junto ao Atendimento Educacional Especializado e os documentos oficiais que regem a educação especial e inclusiva como um direito de todos, sem exceção e sem exclusão.

Conclui-se que este estudo contribuiu de forma significativa para o ensino à luz da educação especial e inclusiva no ambiente escolar, trazendo as formas de intervenção pedagógica que contribuirão para uma educação especial de qualidade, como, por exemplo, o surgimento do AEE, que veio com a função de complementar ou suplementar o ensino das pessoas com deficiência, ou dificuldades de aprendizagem, e o advento das (TA), ambos, possibilitando uma educação mais justa e igualitária, com inserção de todos os alunos, independentemente de suas particularidades e singularidades, promovendo a socialização, a interação, a participação, a inclusão e integração dos envolvidos, se distanciando cada vez mais da visão reducionista e preconceituosa da sociedade que permaneceu por muitos anos e ficou enraizada, causando a separação e a exclusão do público alvo da educação especial.

4 TRABALHOS FUTUROS

De acordo com o estudo e o levantamento de dados feito por meio de leituras realizadas à luz da educação especial e inclusiva no contexto escolar e seu percurso até os dias atuais, bem como as intervenções pedagógicas que são essenciais para uma educação especial e inclusiva de qualidade, pudemos refletir esse processo tão importante e significativo nas escolas, levando em conta todos os fatores que influenciam e impactam de forma positiva ou negativa durante esse processo.

Recomenda-se a continuidade dos estudos em torno dessa área para podermos nos aprofundar sobre a situação atual em que se encontram as instituições e seus profissionais, no âmbito da educação especial e propor melhorias para o aprimoramento do ensino nas escolas públicas.

Sugere-se, portanto, trabalhos que analisem a situação real das escolas do município quanto a oferta da educação especial, para saber se esta oferece aos alunos com deficiência as condições necessárias que tornam uma escola inclusiva conforme regulamenta as leis que regem a educação especial e inclusiva como um direito de todos, a saber, se ela tem uma estrutura organizacional adequada de acessibilidade, com sala de recursos multifuncionais onde são realizados o atendimento educacional especializado, se esta disponibiliza de tecnologias assistivas, com profissionais capacitados ao tratamento desse público e, se o município junto com a secretaria de educação disponibiliza cursos de formação continuada para o aperfeiçoamento do ensino em sala de aula e também, se há o apoio de toda comunidade escolar, incluindo os pais ou responsáveis que também são indispensáveis para o sucesso da educação especial.

Dessa forma, poderia fazer comparação entre as escolas do município e através da coleta de dados, saber como está o andamento da educação especial e a valorização desses alunos. Por meio do estudo e análise dos dados, propor sugestões de melhorias a serem aplicadas no setor educacional, tendo em vista o avanço no seu desempenho organizacional, considerando as necessidades que são urgentes nas instituições de ensino.

Portanto, estudos relacionados a este campo de pesquisa nas instituições de ensino, serão sempre relevantes e significativos, ao se tratar a escola como o lugar da diversidade, numa perspectiva inclusiva.

REFERÊNCIAS

BEDAQUE, S. A. de Paula. Direito à educação. In: BEDAQUE, S. A. de Paula. **Atendimento educacional especializado**. Mossoró: RN/UFERSA, 2015. p. 13 - 19.

GONÇALVES, M.; FURTADO, U. Tecnologia assistiva: favorecendo a inclusão. In: GONÇALVES, M.; FURTADO, U. **Educação a distância e tecnologia assistiva**. Mossoró: EDUFERSA, 2015. p. 45 - 64.

IMBERNÓN, F. **Formação continuada de professores**. Porto Alegre: Grupo A, 2009. E-book. ISBN 9788536321523. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536321523/>. Acesso em: 12 jul. 2024.

LEONEL, W. **Políticas e o processo ensino/aprendizagem na educação inclusiva**. Maringá-Pr.: UniCesumar, 2015.

NOGUEIRA, C.; CARNEIRO, M.; SOARES, B. Legislação, políticas públicas e recursos tecnológicos para a educação de surdos. *In*: NOGUEIRA, C.; CARNEIRO, M.; SOARES, B. **Libras**. Maringá-Pr.: UniCesumar, 2017. p. 53 - 77.

OLIVEIRA, J. P. de. **Educação especial**: formação de professores para a inclusão escolar. São Paulo: Editora Contexto, 2022. E-book. ISBN 9786555412024. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555412024/>. Acesso em: 12 jul. 2024.

TADEI, G.; ALENCAR, J.; STORER, M. Dificuldades de aprendizagem: entendendo terminologias e conceituações. *In*: TADEI, G.; ALENCAR, J.; STORER, M. **Problemas e dificuldades de aprendizagem na infância**. Maringá-Pr.: UniCesumar, 2018. p. 145 -166.